

15. 1.ª Alteração ao Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária para Habitação Própria e Permanente – Início de procedimento.

Submete-se, para ratificação do Executivo Municipal, a decisão emanada pelo Presidente da Câmara, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, de aprovar o Início de Procedimento de alteração ao Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária para Habitação Própria e Permanente, no sentido de acomodar as constantes alterações da legislação na área da habitação, verificadas nos últimos meses, que impactam significativamente as iniciativas levadas a cabo pelo Município de Braga nos instrumentos que regulam os apoios concedidos, nomeadamente no arrendamento apoiado e nos apoios diretos concedidos sob a forma de subsídios, como o Regime de Apoio Direto ao Arrendamento (RADA), ao abrigo do disposto no artigo 241.º da CRP e do disposto nas alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

AVISO N.º 43/2023

Início do Procedimento da Primeira Alteração ao Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária para Habitação Própria e Permanente.

A Vereadora Maria do Sameiro de Macedo Araújo, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga:

Torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do CPA, na sua versão atualizada, o seguinte:

1. Por despacho da Sra. Vice-Presidente, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua versão atualizada conjugado com o estatuído no n.º 3, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado o início do procedimento da **Primeira Alteração ao Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária para Habitação Própria e Permanente**”, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da citada Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
2. A referida alteração ao Regulamento tem como finalidade alterar os seus artigos 2.º, 3.º, 4.º. e 13.º, considerando:
 - I. A legislação na área da habitação tem vindo a sofrer alterações constantes nos últimos meses, de diversa ordem, que impactam significativamente as iniciativas levadas a cabo pelo Município de Braga nos instrumentos que regulam os apoios concedidos, nomeadamente no arrendamento apoiado e nos apoios diretos concedidos sob a forma de subsídios, como o Regime de Apoio Direto ao Arrendamento (RADA).
 - II. Neste sentido, e considerando:
 - a) As consequências do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 197/2023, de 10 de maio, que declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas contidas nos n.ºs 4 e 5 do artigo 2.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na redação da Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto (Novo Regime do Arrendamento Apoiado para habitação);
 - b) A Publicação do Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março, concretizando algumas das medidas do anunciado pacote Mais Habitação, que cria um novo Apoio Extraordinário à Renda. Apoio este, que se assemelha ao Regime de Apoio Direto ao Arrendamento (RADA) do Município de Braga, quer quanto à natureza, finalidade e requisitos de elegibilidade;
 - c) A existência de agregados familiares que são, simultaneamente, beneficiários do RADA e do apoio à renda concedido pelo Governo, pelo que, está constituído o impedimento de duplicação de financiamentos públicos;
 - d) A publicação do Decreto-Lei n.º 38/2023, de 29 de maio, que refere que o apoio extraordinário e temporário às famílias, previsto no Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março, não constitui causa de

- e) cessação do apoio ou de devolução dos valores já recebidos. E que os regulamentos municipais que disponham em contrário, podem ser adaptados no prazo de seis meses, sem prejuízo da manutenção dos apoios já concedidos e a conceder nesse período;
 - f) Que o Decreto-Lei referido anteriormente também permite a aplicação do mecanismo de faseamento de renda aos contratos de arrendamento celebrados ao abrigo do regime do arrendamento apoiado, quando este seja operada no âmbito de processos de regularização de dívida;
 - g) Que ao longo da aplicação do Regulamento em vigor, foram identificadas oportunidades de melhoria no sentido de conferir maior justiça à atribuição de apoios habitacionais.
3. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
4. Os interessados podem ainda, no prazo de 10 dias úteis, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação do Regulamento/Revisão Regulamentar, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública, se aplicável.
5. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição de interessados no procedimento de alteração regulamentar, deve ser efetuada por escrito, até ao termo do prazo, dirigidos à Câmara Municipal - Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico codigoregulamentar@cm-braga.pt, conforme MOD-DPP.01.02_01–Revisão/Alteração Regulamentar – Participação Procedimental.

Braga, Paços do Município;

Exmo. Senhor

Presidente do Município de Braga

Dr. Ricardo Rio

Assunto: Alteração ao Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária para Habitação Própria e Permanente

Exmo. Senhor Presidente do Município de Braga

Dr. Ricardo Rio,

A legislação na área da habitação tem vindo a sofrer alterações constantes nos últimos meses, de diversa ordem, que impactam significativamente as iniciativas levadas a cabo pelo Município de Braga nos instrumentos que regulam os apoios concedidos, nomeadamente nos apoios diretos concedidos sob a forma de subsídios, como o Regime de Apoio Direito ao Empréstimo (RADE).

Nesse sentido, e considerando:

- A publicação do Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março, concretizando algumas das medidas do anunciado pacote Mais Habitação, que cria um novo Apoio Extraordinário às famílias para pagamento da prestação de contratos de crédito para aquisição, obras ou construção de habitação própria e permanente. Apoio este, que se assemelha ao Regime de Apoio Direto ao Empréstimo (RADE) do Município de Braga, quer quanto à natureza, finalidade e requisitos de elegibilidade;

- A existência de agregados familiares que são, simultaneamente, beneficiários do RADE e do apoio à prestação de contratos de crédito concedido pelo Governo, pelo que, está constituído o impedimento de duplicação de financiamentos públicos;

- A publicação do Decreto-Lei n.º 38/2023, de 29 de maio, que refere que o apoio extraordinário e temporário às famílias, previsto no Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março, não constitui causa de cessação do apoio ou de devolução dos valores já recebidos. E que os regulamentos municipais que disponham em contrário, podem ser adaptados no prazo de seis meses, sem prejuízo da manutenção dos apoios já concedidos e a conceder nesse período.

Face ao exposto, é proposta uma primeira alteração do Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária para Habitação Própria e Permanente, com as devidas adaptações nas suas condições de acesso e impedimentos previstos.

Com os melhores cumprimentos,

O Administrador Executivo

(Carlos Alberto da Fonte Videira)

Assunto: Regulamento do Programa Viva o Bairro – Início de procedimento

Na sequência da proposta por mim remetida à DAAJ, para início de procedimento regulamentar relativo ao Programa Viva o Bairro e, considerando que:

- com este Programa, o Município pretende continuar a dar resposta às necessidades identificadas pelas comunidades locais, em função dos seus contextos, apoiando diretamente as redes locais nos territórios prioritários, privilegiando a intervenção nos domínios da Cidadania, Educação, Emprego, Exclusão Social, Solidariedade Comunitária, Desporto, Saúde e Bem-Estar, nos termos e com os fundamentos referidos na proposta de início de procedimento regulamentar aqui em anexo e que se dá por reproduzida para os devidos efeitos;
- se encontra devidamente fundamentada a necessidade de regular e que o Município está legalmente habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da CRP e do disposto nas alíneas h), i) e k) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão;
- este Programa já teve uma 1ª Edição, surgindo, agora, atenta a sua continuidade e execução permanente, a necessidade de criação do respetivo Regulamento, sendo que, existe necessidade de salvaguardar a continuidade e calendarização do programa, nomeadamente, impedindo a interrupção do mesmo, possibilitando o cumprimento dos prazos determinados para as candidaturas abrangidas pelo Programa e das expectativas das próprias comunidades locais. Pelo que, impõe-se, por estas razões e as demais de ordem social e interesse público na dinamização deste programa, urgência no início do presente procedimento regulamentar.

Assim, propõe-se, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua versão atualizada, que o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal, **determine aprovar o início do procedimento de criação do Regulamento do Programa Viva o Bairro**, nos moldes constantes na parte final da proposta em anexo, devendo, desde já, ser publicitado na Internet, no sítio

institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA, ficando este ato sujeito a ratificação na próxima reunião da Câmara Municipal.

O Vereador,
João Rodrigues,